


Os intelectuais e a ditadura no Brasil (1964-85)

Intellectuals and the dictatorship in Brazil (1964-85)

Da-Silva, Michel Goulart

Instituto Federal Catarinense (IFC), Brasil

michelgsilva@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3281-3124>

Resumo

Neste ensaio discute-se a produção ideológica de intelectuais no contexto da ditadura que governou o Brasil entre os anos de 1964 e 1985. Discute-se como uma parcela significativa de escritores, professores e outros intelectuais colaboraram com o regime ditatorial. Procura-se demonstrar a relação estabelecida pelos intelectuais com a ditadura e seu papel na difusão de ideologias de defesa do regime repressivo e de legitimação das ações do Estado. Para tanto, são analisados alguns textos publicados no período por Miguel Reale e Gilberto Freyre, mostrando algumas de suas análises e posições de apoio à ditadura.

Palavras-chave: ditadura; luta de classes; intelectuais.

Abstract

This essay discusses the ideology of intellectuals in the context of the dictatorship that ruled Brazil between 1964 and 1985. To demonstrate a relationship between the press and the ideology of the Attorney General's Office, through its role in the dissemination of defense of its actions. For that, all texts published during the dictatorship by Miguel Reale and Gilberto Freyre are analyzed.

Keywords: dictatorship; class struggle; intellectuals.

Recibido: 20 de abril de 2023 - **Aceptado:** 1 de agosto de 2023

1. Introdução

Refletindo acerca da questão dos intelectuais na ditadura, Florestan Fernandes procurava chamar a atenção para a situação concreta em que esses viviam. Segundo o sociólogo, «o intelectual, ainda que universitário e profissional liberal, não surge como uma variante do homem comum. É sua réplica, frequentemente piorada, porque se representa como parte e imune à contaminação do atraso geral» (Fernandes, 2020: 51). Esta seria uma das barreiras para a mudança social, devido ao que o sociólogo chama de «cerceamento conservador», no qual:

«o pensamento e o comportamento conservadores não se sustentam por si próprios. Eles também são uma resposta histórica à situação e às suas exigências dinâmicas, nos limites de uma sociedade capitalista dependente e subdesenvolvida. A inércia

cultural, o isolamento das massas e a apatia política forjam a sua continuidade, sob diferentes roupagens e como uma espécie de fatalidade, pois acabam engendrando o único poder capaz de manifestar-se, de atuar e de “resolver problemas”» (Fernandes, 2020: 46).

Durante a ditadura iniciada com o golpe de 1964, como em outros momentos da história do Brasil, é possível perceber a atividade de intelectuais que não apenas defendem regimes repressivos ou ataques a liberdades democráticas, como utilizam suas pesquisas e produções teóricas para construir justificativas às ações desses regimes. Essas pesquisas e escritos servem tanto como forma de orientar as ações dos ditadores como propagandear para a população ideias tanto de conformismo como de submissão, portanto, distorcendo a realidade como uma das formas de manter a estabilidade política e social.

Neste ensaio, discute-se a produção ideológica de intelectuais durante a ditadura que governou o Brasil entre 1964 e 1985. Para tanto, parte-se da compreensão da inserção do intelectual no capitalismo e como isso o afeta ideologicamente, inclusive em sua produção do conhecimento. Demonstra-se o desdobramento ideológico dessa situação, utilizando-se as elaborações de Florestan Fernandes acerca da atuação dos intelectuais durante a ditadura. Com isso, procura-se demonstrar a relação estabelecida pelos intelectuais com o regime ditatorial, mostrando seu papel na difusão de ideologias de defesa do regime repressivo e de legitimação de suas ações, analisados alguns textos publicados durante a ditadura por Miguel Reale e Gilberto Freyre.

2. Os intelectuais e o capitalismo

Há poucos trabalhos dedicados a analisar a relação entre os intelectuais e a ditadura iniciada no golpe de 1964, se destacando uma coletânea organizada por Da Silva e Torres (2017). Os autores que participaram da referida coletânea produziram alguns outros textos acerca da ditadura e da relação com

os intelectuais (Da Silva, 2013, 2019; Torres, 2019). Entre os estudos clássicos, destaca-se o trabalho de Dreyfus (1987), ainda que se utilize da terminologia «técnicos» para se remeter a um conjunto de intelectuais que auxiliaram na preparação do golpe e na estruturação da ditadura. Fernandes (2010) produziu um dos textos mais importantes acerca do tema, analisando a atuação política, a relação com o Estado e as formas de recrutamento dos intelectuais durante a ditadura. Existem ainda alguns trabalhadores que discutem a atuação a Escola Superior de Guerra (ESG) e de sua associação de diplomados, a ADESG, no recrutamento de intelectuais entre civis e como isso se relaciona com a produção e difusão de ideologias (Da Silva, 2012). Entre os estudos mais recentes, Motta (2014) faz uma apurada pesquisa acerca das universidades durante a ditadura, em diálogo com muitas das reflexões realizadas por Fernandes (2020) durante o regime militar. Há ainda estudos sobre a atuação da imprensa durante a ditadura, inclusive mostrando a colaboração de jornalistas e outros profissionais de comunicação com o regime (Kushnir, 2004).

Nesse período, como em outros regimes autoritários, os intelectuais cumpriram o papel de produzir e difundir ideologias, orientando esse trabalho aos interesses das classes dominantes. Certamente uma parcela da intelectualidade se mostrou crítica e fez de seu local de atuação uma tribuna para denunciar a ditadura, sofrendo as consequências disso. O trabalho dos intelectuais, mesmo que estes tenham uma origem orgânica em uma classe social, não está relacionado diretamente com a produção de mercadorias e, principalmente, seu vínculo e origem de classe passam pelas mediações mais variadas. Para Gramsci (2014: 20);

«a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se camadas que, tradicionalmente, “produzem” intelectuais; e elas são as mesmas que, com frequência, especializaram-se na “poupança”, isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia urbana. A diferente distribuição

dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território “econômico” e as diferentes aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diferentes ramos de especialização intelectual».

Nesse sentido, a despeito de sua relação com os diferentes segmentos da sociedade ser mediada por aspectos ideológicos e políticos, os intelectuais se veem inseridos na luta de classes. Deve-se considerar, portanto, que os «intelectuais não são imunes às tendências gerais da sociedade. O fato de que a maioria deles se declare indiferente à política e à filosofia apenas quer dizer que facilmente caem prisioneiros dos preconceitos mais comuns que os rodeiam» (Woods y Grant, 2007: 11).

Os intelectuais, ainda que possuam uma relativa autonomia, não estão isentos da influência e da cooptação por parte das classes dominantes. Como qualquer pessoa que vive na sociedade, os intelectuais são influenciados pelo contexto em que estão inseridos e, no caso dessa categoria social que lida diretamente com a produção de ideologias e intervém na

cultura, a influência é grande. Cabe ressaltar que o papel da estrutura «econômica sobre os fenômenos ideológicos passa por uma série de mediações, das quais a mais importante é o *campo da luta de classes*» (Lowy, 1998: 20). O capitalismo, por diferentes meios, em particular econômicos, ganha os intelectuais para a manutenção do *status quo* e, com isso, os intelectuais se tornam um elemento fundamental na manutenção da exploração de classes e da opressão no capitalismo. Deve-se levar em conta que:

«as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas

como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação» (Marx y Engels, 2007: 47).

Essas ideias não existem no vazio nem são produzidas ao acaso. Os intelectuais surgem como especializações dentro do processo de produção, assumindo um papel na elaboração científica e cultural. Pode-se afirmar, nesse sentido:

«Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão

dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo» (Gramsci, 2014: 21).

No desenvolvimento da intelectualidade no Brasil, a relação com a esfera econômica é bastante evidente e mostra uma estreita proximidade com as disputas políticas. Observa-se, a partir das primeiras décadas do século XX, que emergem nomes progressistas, como são os casos de Caio Prado Junior, Mario Pedrosa e Florestan Fernandes, mas também conservadores, como Oliveira Vianna, Alberto Torres, Miguel Reale, Gilberto Freyre e Plínio Salgado.

No decorrer da década de 1930, principalmente com o Estado Novo, os intelectuais ganharam mais espaço na estrutura administrativa, num processo que paulatinamente redundaria numa gestão estatal que se pretendia técnica, até mesmo neutra. Segundo Miceli (2001, p. 197), «os intelectuais recrutados pelo regime Vargas assumiram as diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade». Nesse período houve uma expansão da intervenção

estatal, que se deu tanto no âmbito da administração como nos espaços de negociação do Estado com diversos setores econômicos. Nesse processo, que proporciona as condições necessárias para o fortalecimento do pessoal burocrático civil e militar;

«os intelectuais foram cooptados seja como funcionários em tempo parcial, seja para a prestação de serviços de consultoria e congêneres, seja para assumirem a direção de órgãos governamentais, seja para preencherem os lugares que se abriam por força das novas carreiras que a extensão da ingerência estatal passou a exigir, seja, enfim, acoplando inúmeras dessas posições e auferindo rendimentos dobrados» (Miceli, 2001: 208).

Contudo, nesse processo de cooptação, eles não atuam necessariamente como intelectuais. Segundo Miceli, em «muitos desses postos os intelectuais prestam serviço estritamente burocrático e que não guardam, por vezes, nenhuma relação com o trabalho intelectual como tal, que continuam a desenvolver

paralelamente às suas atividades funcionais» (2001: 215).

Esse fenômeno de uma intelectualidade integrada ao Estado, com uma atuação baseada na racionalidade e na eficiência técnicas, consolidada-se nas décadas de 1950 e 1960, especialmente na administração de Juscelino Kubitschek. Entre outros fatores, nesse contexto:

«a ampliação da participação do governo federal tornou-se possível com a criação do aparato institucional da chamada administração paralela, materializada nas novas agências, conselhos e grupos executivos organizados na esfera da Presidência da República e no Ministério da Fazenda. Estas se caracterizavam tanto por reunir os quadros técnicos responsáveis pela elaboração das políticas públicas quanto representantes dos setores econômicos que eram o alvo das mesmas iniciativas» (Corrêa, 2006: 154).

Nessa discussão é importante inserir a ideia de «intelectuais institucionalizados», elaborada por James Petras, para analisar a intelectualidade que se desenvolve nas ditaduras da

América Latina e que deram a base as bases teóricas para o processo de transição e de fortalecimento da democracia burguesa na região. Um dos principais elementos desse processo apontado por Petras (1995: 86) mostra a vinculação desses intelectuais a «fundações estrangeiras, burocracias internacionais e centros de pesquisa», fazendo com que vivam e trabalhem «em um mundo de dependência externa, amparados por pagamentos em moeda forte e uma renda derivada independentemente das circunstâncias econômicas locais».

Cabe ressaltar que o Estado não pode ser entendido como uma entidade neutra e separada da sociedade, constituindo-se num aparato de dominação classe. O Estado, segundo Lenin (2017: 29);

«é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe *não podem* objetivamente ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis».

Essas contradições estão na base dos regimes políticos, que podem assumir a forma, por exemplo, de uma democracia ou de uma ditadura, mas, em ambos os casos, mantendo o caráter de dominação de classes. Sabe-se que «a composição, orientação e relação de classe do Estado moldam as políticas de grande escala e a longo prazo de um sistema político» (Petras, 1995: 97). O Estado cumpre o papel de coerção e de consenso, sendo responsável pela manutenção do poder da burguesia, bem como desenvolvendo o corpo burocrático e administrativo que sustenta a sociedade. O imperialista, entendido como uma fase do capitalismo;

«mostra o reforço extraordinário da «máquina de Estado», o crescimento inaudito do seu aparelho burocrático e militar em ligação com o reforço da repressão contra o proletariado, tanto nos países monárquicos quanto nos países republicanos mais livres» (Lenin, 2017: 29, 55).

3. Os intelectuais e a ditadura

Em 1964, o golpe encontrou uma estrutura técnica consolidada durante os governos anteriores, ampliando as funções estatais de organização e controle social, na qual os intelectuais poderiam explorar uma esfera administrativa que se baseava na ideia de eficiência técnica. Sua participação nesse processo está «relacionada à elaboração do projeto de industrialização», considerando «como um marco no processo de constituição de uma burocracia caracterizada essencialmente como técnica e especializada» (Corrêa, 2006: 160). O processo de desenvolvimento dessa burocracia se consolidou no governo de Juscelino Kubitschek. Essa intelectualidade, ligada ao empresariado em decorrência de interesses e de valores, enfatizava o gerenciamento científico, a administração pública normativa e a formalização e rotinização de tarefas. Nesse período;

«a rede tecno-burocrática de influência dentro do aparelho estatal era formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e

empresas estatais, os quais tinham ligações operacionais e interesses dentro do bloco de poder multinacional e associado. Esses executivos estatais asseguravam os canais de formulação de diretrizes políticas e de tomadas de decisão necessários aos interesses multinacionais e associados, organizando a opinião pública. Eles aplicaram a racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas socioeconômicos nacionais, proporcionando a contrapartida pública do *macro-marketing* empresarial sob a forma de um planejamento limitado e recomendações técnicas» (Dreifuss, 1987: 73).

Observa-se, portanto, a integração de uma parcela de intelectuais ao Estado, sob a retórica de que sua atuação se daria a partir do conhecimento científico, de forma neutra e com vistas a uma melhoria das condições da sociedade. Essa estrutura foi fundamental para a ditadura, na medida em que imbricava o desenvolvimento econômico, a estruturação da gestão estatal e a formulação ideológica:

«economistas, administradores, engenheiros, estatísticos, educadores, sociólogos,

jornalistas e outros, muitos foram os especialistas civis e militares convocados para operar e “modernizar” a organização e o funcionamento do aparelho estatal. Tratava-se de substituir o “político” pelo “técnico”, a “demagogia” pela “ciência”, o “carisma” pela “eficácia”. Ao mesmo tempo que constituía o seu intelectual orgânico, ela [a ditadura] desenvolvia também as bases da ideologia desse intelectual» (Ianni, 2019: 63).

Esse processo não pode ser visto isolado da realidade, mas como parte da produção de ideias, cujas bases estão na realidade material. Sabe-se, nesse sentido, que:

«as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e

seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar» (Marx y Engels, 2007: 94).

Essa base material, que determina as ideias de uma época, pode tanto dar origem a perspectivas de superação como de conservação da sociedade, havendo uma forte pressão do imediato sobre a formulação das representações que se faz da realidade. Deve-se levar em conta que:

«a consciência humana em geral é extraordinariamente conservadora e sempre tende a ficar para trás no desenvolvimento da sociedade da tecnologia e das forças produtivas. Como diz Marx, o hábito, a rotina e a tradição pesam como uma lápide sobre as mentes dos homens e mulheres, que, em períodos históricos “normais” e por instinto de conservação, cujas raízes se acham no passado remoto da espécie humana, agarram-se com obstinação aos caminhos já conhecidos» (Woods y Grant, 2007: 4).

O conservadorismo como ideologia política se baseia, em grande medida, na mobilização de ideias e medos gestados pelo senso comum e pela percepção idealista e mecanicista da realidade. O anticomunismo, por exemplo, que impregnou setores da classe média durante a ditadura, se baseava na mistura de símbolos religiosos sobre demônios e pecados com uma retórica nacionalista e de defesa da propriedade. Portanto;

«as representações anticomunistas, que foram dominantes nos discursos favoráveis ao golpe, expressavam o temor em relação aos movimentos sociais no campo (invasão de terra, demandas de reforma agrária na “marra”), à força crescente dos sindicatos, expressa nas greves, à politização dos subalternos das Forças Armadas e à esquerdização dos jovens universitários» (Motta, 2014: 23).

No mesmo período, também se difundia ideias conservadoras que articulavam a perspectiva de mudança social à defesa das bases ideológicas capitalistas. O conservadorismo clássico se mobilizou contra a Revolução Francesa e a emergência das «multidões» entre os séculos

XVII e XIX. O conservadorismo difundido pelos ditadores pretendia transformar o Brasil em uma «potência média» integrada ao bloco econômico e político liderado pelos Estados Unidos, para tanto desenvolvendo o capitalismo de forma integrada ao imperialismo, ao mesmo tempo defendendo a «moral» e os «bons costumes» cristãos. Sabe-se que:

«o propósito modernizador se concentrava na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento, à aceleração da industrialização e à melhoria da máquina estatal. Já o projeto autoritário-conservador se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes da esquerda –por vezes, qualquer tipo de vanguarda– nos campos da política e da cultura, defendendo valores tradicionais como pátria, família e religião, incluindo a moral cristã» (Motta, 2014: 15).

Essa faceta de modernização econômica não se mostrava contraditória com as ideias defendidas por setores que defendiam os valores «tradicionais». Observa-se que:

«esses setores, geralmente representados por religiosos, intelectuais conservadores e militares, não se contentavam tão somente com o expurgo da esquerda revolucionária e da corrupção. Eles desejavam aproveitar o momento para impor uma agenda conservadora mais ampla, que contemplasse a luta contra comportamentos morais desviantes, a imposição de censura e a adoção de medidas para fortalecer os valores caros à tradição, sobretudo pátria e religião» (Motta, 2014: 16).

Essa complexa articulação de ideias certamente exigiu da intelectualidade que apoiava o regime uma ampla tentativa de construção de justificativas e explicações. Esse tema foi analisado, ainda durante a ditadura, por Florestan Fernandes, identificando que o intelectual estaria «tão intimamente ligado aos setores dominantes das classes altas e médias quanto o militar» (Fernandes, 2010: 171). Em ensaio originalmente publicado em 1976, Fernandes aponta que, diante do golpe e da ameaça ditatorial, eles estavam identificados com o pânico e o medo propagado pelos setores que realizaram ou apoiaram a intervenção militar de 1964. O sociólogo aponta

para a existência de «conexões estruturais e dinâmicas existentes», as quais mostram que:

«as posições e papéis intelectuais acham-se ramificadas através do *status* privilegiados das classes alta e média. Em consequência, os intelectuais ficam permanentemente expostos a interesses, a ideologias e a valores que, por sua própria natureza, são intrinsecamente conservadores, no sentido de que fazem parte do horizonte cultural conservantista dos setores dominantes das classes alta e média» (Fernandez, 2010: 174).

Essa convergência entre intelectuais e ideias conservadoras não se manifestou apenas em espaços controlados pelos militares, como a Escola Superior de Guerra (ESG), mas também nas universidades, onde, além da perseguição a uma parcela de intelectuais, uma parte desses trabalhadores auxiliou na manutenção da ditadura, seja por meio do silêncio, seja pela colaboração direta com o regime. Nessa relação dos intelectuais com a ditadura no Brasil percebe-se uma conivência moldada por diferentes fatores. Para Fernandes (2010: 189), os intelectuais «careciam de meios de absorção

de suas frustrações», sendo «sobrecarregados com expectativas de controle e de ação conflitantes, impostas pela ditadura militar ou pelos grupos radicais e por si próprios». Para os intelectuais, segundo o sociólogo, «a situação global cria uma tempestade de fricções, desilusões e desorientação moral» (Fernandes, 2010: 189).

Uma das facetas mais conhecidas da atuação dos intelectuais na ditadura passa pela oposição de nomes como o do próprio Florestan Fernandes, bem como de outros professores e pesquisadores, numa lista de demissões decretadas pelo governo ditatorial, por força do AI-5, em abril de 1969. Essa lista incluía Bolivar Lamoniér, Caio Prado, Emília Viotti, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Jean Claude Bernadet, Maria Yedda Linhares, Octávio Ianni e dezenas de outros nomes, associados a posições políticas e ideológicas variadas, entre liberais, comunistas e socialistas (Adusp, 2004: 45-8). Essa «limpeza ideológica» realizada pela ditadura «levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos, e à instalação de mecanismos para

vigiar a comunidade universitária» (Motta, 2014: 8).

Muitos dos intelectuais perseguidos pelo regime foram para o exílio, encontrando novas colocações profissionais em importantes universidades em outros países, e, em muitos casos, se engajando em lutas organizadas em âmbito internacional contra a ditadura no Brasil. Contudo, parte significativa da intelectualidade optou ou pelo silêncio ou pela colaboração com o regime repressivo. Observa-se que, «dentro dos muros universitários, alguns docentes conservadores apoiaram a pauta repressiva na íntegra a fim de se livrar de adversários e concorrentes internos» (Motta, 2014: 394). Essa intelectualidade estava principalmente vinculada a universidades ou em outras instituições de pesquisa, públicas ou privadas, onde a ditadura impôs novas exigências ao padrão de trabalho. O governo ditatorial:

«lançou mão de estratégias de cooptação, e vários agentes demonstraram flexibilidade em relação a normas e valores dominantes, com tendência a tangenciar os preceitos

legais e confiar mais na autoridade pessoal, nos laços sociais e em arranjos informais. Essas práticas permitiram ao Estado contar com o talento de profissionais provenientes de campo ideológico adversário, mas também propiciaram o amortecimento da repressão, com base na mobilização de fidelidades pessoais e compromissos informais» (Motta, 2014: 17).

Essa situação política impactou inclusive no trabalho realizado pelos intelectuais, na medida em que instituições onde atuavam «foram usadas em proveito dos interesses escusos predominantes, para apoiar tanto os golpes de Estado militares, quanto a militarização do poder político» (Fernandez, 2010: 177). Observou-se um conflito entre duas tendências diferentes de encarar a produção do conhecimento, ou seja, de um lado «a pesquisa considerada como um meio honorífico de se obter bons salários e prestígio, em contraposição à pesquisa empenhada no avanço do conhecimento original» (Fernandes, 2010: 177). Nesse processo, os intelectuais que conseguiam manter espaços institucionais

aprofundaram sua atuação como técnicos de Estado. Com isso;

«o fluxo da cooperação intelectual, leal e entusiasta ou fria e calculada, ultrapassou todas as expectativas (e mesmo as probabilidades existentes de absorção útil). Alguns atritos surgiram, destruindo a ilusão de que a restauração da ordem envolveria rápido restabelecimento do controle civil do poder político, e provocando o retraimento dos intelectuais que fizeram o papel de inocentes úteis ou de aliados perigosos. Mas, a massa dos intelectuais conservadores (liberais e neutros) mostrou uma grande tolerância, proclamando sua fé na ordem revolucionária» (Fernandes, 2010: 179).

Os eventuais atritos mencionados por Fernandes estão vinculados, entre outros fatores, à postura dos militares de se constituírem, eles próprios, em intelectuais de Estado, por meio de mecanismos de formação organizados pela Escola Superior de Guerra (ESG) ou outras escolas militares. Inclusive civis fizeram parte desses cursos, por meio da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra

(ADESG), mostrando uma postura de aproximação de funcionários públicos e intelectuais com os militares (Da Silva, 2012). Contudo, independente desses atritos, sob a responsabilidade dos militares o regime ditatorial se consolidou como um Estado, segundo Fernandes (2010: 180), que abria oportunidades para os intelectuais de «mentalidade aberta» e «tolerantes». Embora perdendo «o sentido de dignidade, inerente à posição do intelectual na sociedade», ganhavam «poder vivo», enquanto «lacaio do poder político-militar institucionalizado» (Fernandes, 2010: 180).

Nesse conjunto de intelectuais, Fernandes (2010: 180) identifica dois setores, um dos quais eram os que no contexto se diziam «revolucionários», ou seja, «aqueles que estão identificados com os golpes de Estado e com a militarização do poder político». O outro grupo, segundo Fernandes (2010: 180), eram os técnicos e cientistas «envolvidos na tecnocratização do poder político-militar», que se viam como «a elite cultural que está emergindo com e através do regime autoritário militar». Este segundo grupo procura construir «mais do que as estruturas políticas da ditadura

militar. Eles estão tentando construir o tipo de economia, de sociedade e de Estado nos quais poderão ser, sob o capitalismo industrial dependente, uma poderosa elite cultural» (Fernandez, 2010: 181).

Esses dois grupos identificados por Florestan Fernandes dialogam com as pesquisas recentes, quando apontam que a relação dos intelectuais afinados com o regime ditatorial passava pela «adesão» e pela «acomodação», procurando identificar um quadro em que «muitos agentes não resistiram nem aderiram, mas buscaram formas de acomodação e convivência com o sistema autoritário» (Motta, 2014: 301). Esses intelectuais estavam permanentemente expostos a interesses, a ideologias e a valores que, por sua própria natureza, eram intrinsecamente conservadores, ou seja, faziam parte do horizonte cultural dos setores dominantes das classes dominantes.

Ainda que participassem ativamente nos processos de modernização, expresso principalmente no desenvolvimento econômico associado aos interesses do imperialismo, o engajamento dos intelectuais tinha como

limites a preservação do *status quo*, com vistas à manutenção da estabilidade política e social. Naquele contexto;

«o desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico, além de expansão industrial e mecanização agrícola, o que levava ao crescimento da urbanização e do operariado fabril, gerando potenciais tensões e instabilidade nas relações sociais e de trabalho. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, e por isso combater as utopias revolucionárias e todas as formas de subversão e “desvio”, incluindo questionamentos à moral e aos comportamentos convencionais» (Motta, 2014: 289).

Seria possível destacar diversos intelectuais que colaboraram com a ditadura, mas aqui serão brevemente apresentados apenas Gilberto Freyre e Miguel Reale. Gilberto Freyre (1900-1987) foi um sociólogo e ensaísta brasileiro, nascido no Recife, autor de *Casa Grande & Senzala*, considerada uma das obras mais representativa acerca da formação da sociedade

brasileira. Na década de 1930 também escreveu outras destacadas obras: *Sobrados e Mocambos* e *Nordeste*, nesta última desenvolvendo teses consideradas pioneiras da ecologia. Em *Casa Grande & Senzala* (1933), Freyre foca na questão da miscigenação racial durante o período colonial brasileiro, procurando explicar a formação social brasileira por meio da vida nos engenhos e expondo uma visão romantizada sobre as relações entre os colonizadores e os colonizados.

Gilberto Freyre colaborou com publicações de propaganda da ditadura. Em um desses volumes, publicado em comemoração ao golpe de 1964, Freyre (1966: 178) defende «a necessidade de países como o Brasil unirem todas as suas forças nacionais contra quaisquer tentativas, quer de dentro para fora, quer de fora para dentro, de desagregação ou de degradação do que nele é, de fato, valiosamente nacional». O sociólogo aponta para a importância do combate tanto contra o inimigo «externo», que no caso da ditadura era representado principalmente pela União Soviética e seus aliados, como contra o «interno», que seriam os «agentes» dos comunistas dentro do país.

O combate a essas ameaças está inserido na defesa do que chamou de «processo revolucionário brasileiro» (Freyre, 1966: 191). Para tanto, destaca a importância exercida pelas Forças Armadas na política brasileira, especialmente durante a República, iniciada em 1889. Comparando o início da República com o «processo revolucionário» de 1964, afirma:

«Não tem faltado às Forças Armadas, no Brasil a consciência de lhes caber um papel superiormente político, acima dos partidos e das ideologias, em dias extremamente críticos para as relações intranacionais. Esse papel elas o têm desempenhado de um modo de fato honroso não só para elas, Forças Armadas, como para a cultura brasileira, - uma cultura dentro da qual tem sido possível um processo revolucionário que, desde dias remotos, busca para as relações entre brasileiros, quer no plano social, quer no econômico, e não apenas no político, um ajustamento que certamente nunca será plenamente atingido, próprio como é das verdadeiras democracias, quer por natureza dinâmicas e inquietas, nunca dizerem à hora que passa ou o momento de

aparente triunfo, o “Para, és perfeito”, da frase de Goethe» (Freyre, 1966: 197-198).

Miguel Reale também foi um defensor do regime ditatorial governado pelos militares. Reale (1910-2006) foi jurista e professor brasileiro, nascido em São Bento do Sapucaí (SP). Participou do Movimento Constitucionalista, que ocorreu em São Paulo, em 1932, e, também, integrou a Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1941 foi nomeado professor de Filosofia do Direito na Universidade de São Paulo (USP) e em 1947 foi nomeado Secretário de Justiça do Estado. Em 1949, foi nomeado reitor da Universidade de São Paulo. Depois do golpe de 1964, participou da comissão revisora da Constituição de 1967. Entre 1969 e 1973 assumiu a Reitoria da USP, sendo o responsável pela implantação da reforma universitária na instituição. Em 1974, foi nomeado, pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, para o Conselho Federal de Cultura.

Como se percebe pela sua biografia, Reale foi um assíduo colaborador da ditadura, atuando inclusive como interventor na USP. Ele se caracteriza por ter realizado algumas críticas

pontuais ao que entendia como excessos da repressão da ditadura, mas sempre apontando o que considerava importante no processo que, mesmo traumática, teria sido iniciado com o golpe de 1964. Reale (1987: 144) afirmava que a «revolução», ou seja, o golpe de 1964, teria sua «originária fonte inspiradora» na «preservação do bem público comum numa nova ordem democrática». No segundo ano após o golpe de 1964, fazendo um balanço do novo governo, Reale (1966: 181) afirmou que a «revolução» teria sido «fruto do amor pelos valores da ordem, da segurança e da certeza, congregando os conservadores e os prudentes, os que queriam apenas a preservação do passado e os que queriam a ordem, a segurança e a certeza como base de ação para o futuro». O texto de Reale procura demonstrar que a «revolução» ocorrida dois anos antes não teria significado uma ruptura no funcionamento das instituições, criticando a postura formal de se prender à vigência da Constituição de 1946. Em suas palavras:

«devemos abandonar a noção, ainda imperante, de “normalidade constitucional”, que às vezes traduz uma espécie de complexo

de culpa, como se, com a fratura revolucionária, houvésemos praticado um ato censurável que nos obrigasse a reconstruir imediatamente as paredes fendidas ou abaladas pelos acontecimentos “anormais” de março» (Reale, 1966: 296).

4. Considerações finais

Percebe-se assim a relação orgânica estabelecida por uma parcela dos intelectuais com o regime ditatorial. Essa relação explicita-se pela publicação de textos que defendiam, por meio de diferentes argumentos, o golpe ou a ditadura ou mesmo por ações repressivas realizadas no interior das universidades por alguns gestores indicados pelo regime. Nomes como o de Gilberto Freyre e de Miguel Reale, a despeito de sua influência de suas obras para suas áreas específicas de pesquisa, mostram desde a convivência até o apoio aberto ao regime ditatorial e às ações de repressões promovidas pelo Estado.

O processo de integração dessa intelectualidade se explica, por um lado, pelas condições materiais, na medida em que se observa a

integração de quadros técnicos à burocracia estatal a partir de 1930, e, por outro, por fatores políticos. Observa-se, conforme apontado de forma crítica por Florestan Fernandes e, também, a partir dos exemplos de Freyre e Reale, que uma parte da intelectualidade demonstrou afinidades com o regime ditatorial. Pode-se, assim, afirmar que esses intelectuais cumpriram papel central na sustentação política e ideológica do regime e na sustentação dos interesses econômicos defendidos pelos ditadores.

Agradecimentos: Este ensaio apresenta parte dos resultados de pesquisa resultante de estágio pós-doutoral desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob a supervisão da professora Dra. Mariléia Maria da Silva, realizado entre abril de 2021 e março 2022.

Referências citadas

ADUSP. (2004): *O controle ideológico na USP (1964-1978)*, São Paulo, ADUSP.

Correa, M. (2006): «A participação dos técnicos na conquista do Estado: historiografia e proposta de estudo de caso», in Mendonça, S., org., *Estado e historiografia no Brasil*, Niterói, UFF.

Da Silva, M. G. (2012): *Crescer com o Brasil: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975)*, dissertação de mestrado em história. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

Da Silva, M. G. (2013): «Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil», *Espaço Acadêmico*, 144, pp. 36-43.

Da Silva, M. G. (2019): «Intelectuais, ditadura e modernização em Santa Catarina», *Fronteiras*, 34, pp. 213-226.

Da Silva, M. G. y Torres, M. G. (Org.) (2017): *Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil*, Curitiba, Prismas.

Dreifuss, R. (1987): *1964 a conquista do estado*, Petrópolis, Vozes.

Fernandes, F. (2010): *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo, Globo.

Fernandes, F. (2020): *Universidade brasileira: reforma ou revolução?*, São Paulo, Expressão Popular.

Freyre, G. (1966): «Forças Armadas e outras forças», in *A revolução de 31 de março*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.

Gramsci, A. (2014): *Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Ianni, O. (2019): *A ditadura do grande capital*, São Paulo, Expressão Popular.

Kushnir, B. (2004): *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*, São Paulo, Boitempo, FAPESP.

Lênin, V. (2017): *O Estado e a revolução*, São Paulo, Boitempo.

Löwy, M. (1998): *A evolução política de Lukács*, São Paulo, Cortez.

Marx, K. y Engels, F. (2007): *A ideologia alemã*, São Paulo, Boitempo.

Miceli, S. (2001): *Intelectuais à brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras.

Motta, R. (2014): *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Petras, James. (1995): «Os intelectuais em retirada», in *Ensaio contra a ordem*, São Paulo, Scritta.

Reale, M. (1987): *Memórias*, vol. 2, São Paulo, Saraiva.

Reale, M. (1966): «Revolução e normalidade constitucional», in *A revolução de 31 de março*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.

Torres, M. G. (2019): «O Ato Institucional nº 2: lutas judiciais, imprensa e divergências na

ditadura civil-militar (1964-1965)», *Revista História: Debates e Tendências*, 19, pp. 457-476.

Woods, A. y Grant, T. *Razão e revolução: filosofia marxista e ciência moderna*, São Paulo, Luta de Classes.